



Contemporânea

Contemporary Journal

4(1): 223-237, 2024

ISSN: 2447-0961

Artigo

MOVIMENTOS DE EXTENSÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES À MELHORIA DAS PRÁTICAS NAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO – CPAs

EXTENSION MOVEMENTS AND THEIR CONTRIBUTIONS TO IMPROVING PRACTICES IN THE EVALUATION COMMISSIONS – CPAs

DOI: 10.56083/RCV4N1-012

Recebimento do original: 24/11/2023

Aceitação para publicação: 26/12/2023

Glades Tereza Felix

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Av. Roraima, 1000, Camobi, Santa Maria – RS, CEP: 97105-900

E-mail: glades.felix@ufsm.br

Viviane Santos Birchal

Doutora em Engenharia Mecânica

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte -MG,

CEP: 30535-490

E-mail: vbirchal@ufmg.br

RESUMO: Este texto situa-se no bojo das políticas de avaliação da educação superior e objetiva identificar práticas positivas e a melhorar no âmbito das CPAs. Sob uma abordagem qualitativa do tipo Pesquisa-ação com base nos referentes da Avaliação Institucional Participativa – AIP, o Projeto de Extensão interinstitucional Ciclo formativo: conexões e interações entre CPAs no Brasil, foi planejado e implementado por pesquisadores da UFSM, UFRGS e UFMG e, se desenvolveu, virtualmente, entre 2022 e 2023. Pretende-se responder à seguinte questão: pode a formação contínua incrementar a melhoria da qualidade do trabalho das comissões? Por meio das planilhas do *Software Microsoft Excel*, foi possível conhecer e comparar as similitudes, as dificuldades, os desafios e as expectativas dos atores que participaram do



2004), órgão estatal responsável pela supervisão e o acompanhamento da qualidade da educação superior brasileira.

Considerando-se que a Lei do SINAES se aproxima de duas décadas de sua aprovação, este artigo apresenta os resultados de um projeto de extensão interinstitucional na forma de ciclo formativo, realizado com as Comissões Próprias de Avaliação do Brasil (CPAs) do Brasil. A proposta foi liderada por três Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e objetivou analisar os desafios impostos nesses anos de trabalho das CPAs para a constituição, a consolidação e o reconhecimento de seu protagonismo como um elemento propulsor da qualidade nas IES.

Tal intenção se justifica na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como um fator de aderência entre ensinar, pesquisar e se estender para conhecer e valorizar o capital cultural acumulado, mas também, compartilhar conhecimentos, anseios, desafios e perspectivas entre as CPAs e a academia.

Isso pode representar, pois, uma alternativa para preencher a lacuna deixada pelos órgãos oficiais que criaram o sistema nacional de avaliação e por conseguinte à obrigatoriedade da existência das CPAs, mas ao longo do tempo, não oferecem ou exigem das IES, políticas de formação, visando preparar ou reciclar seus membros, como uma estratégia de fortalecer a identidade institucional pela cultura da avaliação. Na acepção de Cunha (1997), processos de avaliação são culturais por onde a dimensão humana pode transformar o espaço em lugar.

São precisos esforços intencionais para fundar as bases de participação reflexiva, pois não é essa nossa história e vivência cotidiana. Para ultrapassar a concepção e a prática de avaliação como mera função regulatória e legalista é preciso partir de outra lógica, com outro sentido filosófico, ético e político (CUNHA, 1997, p. 24).



Por este viés pode-se dizer que um lugar se estabelece quando atribuímos significados aos espaços; ou seja, quando consideramos sua autenticidade para identificar efeitos, condutas, comportamentos e possibilidades.

Desse modo, o projeto em tela se desenvolveu sob uma abordagem qualitativa exploratória do tipo Pesquisa-ação (THIOLLENT, 2001 a) com base nos referentes da Avaliação Institucional Participativa - AIP (LEITE, 2005) quando planejamos e oferecemos uma série de eventos virtuais na modalidade *web conferência*, as quais se desenvolveram nos anos de 2022 e 2023, quando os inscritos puderam participar de um Ciclo formativo composto de quatro (4) eventos com interação simultânea pelo *chat* do canal do YouTube.

Isso vem na esteira daquilo que BERNARDES; ROTHEN (2015, p.439) referem quando afirmam que “há fatores internos e externos que interferem na atuação da CPA, por isso não é fácil, linear e homogêneo”, construir projeto para a consolidação de uma cultura de avaliação e, muito menos, manter o equilíbrio entre avaliações regulatórias e emancipatórias (SOUSA SANTOS, 1990).

Através das atividades extensionistas, foi possível perceber que as IES estão preocupadas com a formação dos membros da sua CPA, como também, os próprios participantes destas Comissões, que uma vez convidados, se voluntariaram a participar, pois contamos com mais de quatrocentas (400) pessoas inscritas, as quais avaliaram a necessidade de continuidade dos encontros, como, também, a criação de uma rede de formação e aprendizado permanente capaz de agregar membros de CPAs e pesquisadores da temática.

Este texto irá focar na metodologia utilizada e seus procedimentos, dividindo-se em três partes; a saber: na primeira, será feita um breve enquadramento teórico e contextual, na segunda, abordam-se as questões



metodológicas e na terceira, tratará dos resultados e discussões, seguidos das considerações finais e Referências.

2. Referencial

2.1 Enquadramento Teórico. Definição de Formação Continuada

Ao longo do tempo, a questão da formação continuada, de modo geral, tem se apresentado como uma necessidade, um dever, um direito e um desafio à carreira em todas as profissões; cujas demandas convivem com as velozes mudanças conjunturais, diante do avanço da ciência, da tecnologia e das rápidas inovações.

Para os profissionais da educação de modo geral, não é diferente, esta, faz parte ao longo da carreira e tem uma ligação direta com a prática pedagógica e é inerente ao ato de aprender e ensinar.

Portanto, diante das disputas políticas à questão da formação continuada no país, em termos de educação, sempre esteve em debate, contudo a questão adquiriu mais evidência a partir da aprovação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional através da Lei N. 9394/1996, a qual foi complementada pelo Plano Nacional de Educação – PNE, por meio da Lei N. 13.005/2014.

Nòvoa (2002, p. 38) define que “a formação continuada é aquela que contribui para a mudança educacional e para a requalificação da profissão”. Já o artigo 61º da LDBEN N. 9394/96 estabelece que “a associação entre a teoria e a prática, inclusive diante da capacitação em serviço”, como um fundamento da formação continuada dos profissionais da educação.

Isso vai de encontro a premência de os docentes construírem o próprio ofício que diante da sociedade do conhecimento está a requerer um profissional curioso, autônomo e atualizado para o enfrentamento das



exigências concretas, as quais, por vezes não foram adquiridas na formação inicial, por onde desponta, inclusive o caso da gestão e do trabalho em equipe; ou seja, uma prática exigida a quase todas as carreiras e, que tem sido complementada por meio de políticas de formação.

Portanto, sabemos que os docentes, suas formações e as expectativas diferem muito entre si; sobre isso, Formosinho & Oliveira (2010, p. 80) confirmam que: “há capacidades, interesses, motivações, personalidade, disponibilidade, empenho, formação inicial, experiência profissional e ciclo de vida profissional distintos”, portanto diante de tais impasses um dos argumentos mais viáveis e, que nenhum Estado dispensa, é a oferta de políticas de formação continuada ao longo das carreiras, o que tem demonstrado a sua utilidade e eficácia no atual contexto.

2.2 Enquadramento Contextual. Por Dentro das CPAs

As CPAs, que são órgãos legítimos e permanentes das IES no país, têm amparo legal na Lei N. 10.861, de 2004 que trata do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (BRASIL, 2004) cuja atribuição é “coordenar e articular o processo interno de avaliação das IES, sua autoavaliação, sistematizar e disponibilizar informações solicitadas pelo INEP/MEC, responsabilizar-se pela avaliação do SINAES e pela manutenção do cadastro das IES brasileiras”. (BRASIL, 2004), tendo sido estipulado no artigo 11º e incisos I e II do SINAES que:

cada IES pública ou privada, constituirá a sua Comissão Própria de Avaliação - CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:



I – Constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. II – Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004).

Assim sendo, e com base na legislação, na literatura e, no envolvimento teórico-prático em projetos, comissões setoriais ou participação em CPAs, entendemos que o trabalho das CPAs pode fluir de melhor modo; porque tem toda uma sistemática determinada, logicamente, não há um padrão de atuação, mas é preciso um mínimo de alinhamento com as normas definidas no artigo 1º. do SINAES (2004) onde advoga que os responsáveis institucionais pela avaliação nas instituições, no caso a CPA, deve primar pela:

melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Em vista disso, observa-se que, pela legislação há um entendimento de que a CPA é uma esfera autônoma e com poder político de decisão sobre a qualidade da IES, obviamente, por conta de sua interferência direta no planejamento da instituição.

Então, olhando-se por dentro das CPAs, pode até parecer que as demandas a serem desempenhadas parecem simples, contudo, diante de um sistema que engloba a associação de inúmeras instituições de pequeno, médio e grande porte, as exigências se tornam complexas. Sobre isso o Censo da Educação Superior (INEP, 2022) aponta a existência de 2.283 (88%) de IES privadas e 312 (12%) de IES públicas; no caso, a



Participativa - AIP (LEITE, 2005), cujos procedimentos centraram-se nas análises documentais (GUBA; LINCOLN, 2004), através do banco de dados elaborado a partir das fichas de inscrição dos participantes (LAKATOS; MARCONI, 2003) e mídias digitais com prioridade para o *chat* do canal próprio do *YouTube* onde ocorreu a interação entre os participantes.

Nisso, concomitantemente, se estabeleceu um diálogo entre as instituições envolvidas e a equipe de investigadores visando acompanhar os resultados advindos de cada uma das atividades realizadas através do formato *web* conferência, de modo a sanar dificuldades enfrentadas e melhorar e aprofundar o debate com o público participante.

Foram realizados quatro (4) eventos virtuais entre os anos de 2022 e 2023. O primeiro se constituiu numa Mesa Redonda com a temática “O trabalho na CPA: relato de experiências”; o segundo no formato de Seminário temático, com o tema “A Constituição, a consolidação e o reconhecimento do trabalho das CPAs”; o terceiro na forma de Seminário temático, denominado “As conexões, SINAES, CONAES, CPAS, Setoriais e NDEs” e, subsequente, o quarto na forma de Mesa Redonda intitulado “Desafios da prática avaliativa e a sua contribuição para o planejamento institucional”, oportunidade em que também, procurou-se ouvir os participantes através de um formulário avaliativo sobre as atividades que foram ofertadas no projeto.

4. Resultados e Discussão

Tendo, pois se efetivado todo o projeto, na sequência apresentamos os resultados alcançados por meio de análise com base na ferramenta planilhas do *Software Microsoft Excel*, tomando por base documental as



fichas de inscrições e, também, os comentários postados no *chat* do *YouTube*.

As inscrições, que aconteceram no formato de fluxo contínuo, no primeiro evento, contou com a participação de 280 inscritos de todo o Brasil, quando ouviram um relato de experiência de cinco CPAs de Santa Maria-RS, cidade sede do projeto. Na ocasião, informaram sobre a composição, a organização, as estratégias de autoavaliação, instrumentos de pesquisa, publicização de seus resultados, desafios e impactos percebidos em sua comunidade.

Os participantes, perceberam que apesar das diferenças na forma de organização acadêmica e administrativa das IES, enfrentam problemas semelhantes como, por exemplo: a baixa participação dos segmentos nos processos avaliativos; o grande número de questões a serem avaliadas, em todos os eixos propostos pelo SINAES; e o desenvolvimento de técnicas de coleta e de avaliação dos dados.

O segundo evento, que tratou da Constituição, consolidação e o reconhecimento do trabalho das CPAs, contou com 300 participantes e duas palestrantes. A primeira, trouxe a questão da autoavaliação da Pós-graduação a partir da nova ficha de avaliação da CAPES, onde frisou que tais medidas foram decididas pelos próprios pares acadêmicos e efetivadas por uma agência externa à Universidade e a CAPES. Tratou ainda da questão dos *rankings* tecendo críticas a esse procedimento que o denominou de quantitativo e produtivista.

A segunda palestra abordou a relação entre a criação e consolidação da CPA nas IES e de que modo, este processo passou a influenciar na responsabilidade social das instituições em seus processos de autoavaliação (autoconhecimento, resolução de questões internas, colaboração com outras avaliações como a dos cursos). Destacou, ainda, que a presença da CPA nas IES criou uma “cultura de avaliação”, que possibilitou uma percepção



multidimensional da avaliação, que envolve diversos atores e olhares diferenciados, mas que tem como escopo a compreensão da IES com vistas a agir conforme as suas necessidades. As temáticas enfatizadas pelas debatedoras geraram debates, concordâncias e discordâncias entre os participantes manifestos no *chat*.

A terceira atividade se desenvolveu em forma de Seminário temático, contou com 330 participantes e duas panelistas, onde a primeira tratou sobre a importância pedagógica do Núcleo docente estruturante – NDE dos Cursos de Graduação, conhecerem e acompanharem os resultados das respectivas avaliações dos Cursos; enquanto que a outra debatedora levantou a questão da avaliação dos egressos, compartilhando os meios e as estratégias de sua IES relativo a avaliação deste segmento. Na ocasião, o público interagiu manifestando interesse pelas práticas inovadoras compartilhadas, buscando sanar com comentários e perguntas as dúvidas.

A quarta e última ação extensionista, ocorreu em abril de 2023, quando 401 inscritos participaram do evento na forma de Mesa Redonda a qual se desenvolveu através de três panelistas que trouxeram a experiência de suas IES, relativamente, ao uso dos dados da Autoavaliação interna e a sua utilidade para o planejamento institucional. Na oportunidade os expositores foram questionados sobre tais relações. Ao final foi encaminhado um *link* de formulário do *google docs*, contendo uma avaliação dos eventos realizados no ciclo formativo.

Desse modo, todas as atividades previstas no projeto foram realizadas, as avaliações apontaram satisfação com os temas, os palestrantes e o modo de organização dos eventos. Esse *feedback* indica que o nível das Palestras foram qualificadas pois provocaram questões e comentários pertinentes, porque permitiram a troca de experiências, anseios e dificuldades frente às questões que estiveram em tela nos debates promovidos; classificaram o evento como uma atividade pioneira, visto que sentem-se isolados em suas



instituições, pois, esquecidos pelo INEP que não estabelece uma interlocução próxima com as CPAs e seus membros; os quais lamentaram a falta de preparação para suas atuações nas respectivas Comissões, julgando pois, como positiva a iniciativa da formação contínua ofertada, gratuitamente, pelo projeto.

5. Considerações Finais

As considerações expostas no corpo deste texto, nos encaminham para as seguintes considerações.

Classificamos como um indicador positivo a participação tanto das IES como dos membros das CPAs e interessados no tema, visto que agregamos 401 inscritos de 132 instituições de ensino superior, isso revela que os participantes das CPAs sentem a necessidade de eventos de formação contínua, pois se não há interesse de o INEP promover tais estudos, as instituições tem autonomia para tanto, além de que as próprias CPAs podem oferecer tais qualificações, como também, seus membros podem organizarem-se e reivindicarem tais formações.

O nível das palestras foi qualificado, pois provocaram questões e comentários pertinentes que levaram ao compartilhamento de experiências entre os palestrantes e o público participante. Frente a isso podemos responder, afirmativamente, a questão levantada; ou seja, de que a formação continuada é um potencializador para incrementar a melhoria da qualidade do trabalho das comissões.

Ainda, foram mencionados no *chat*, o nível de dificuldades enfrentado pelos componentes das CPAs no exercício da função, sobressaindo-se assim, problemas comuns; ou seja, a amostra das práticas vivenciadas nas CPAs e o papel de representação destas nas respectivas IES, nos parece ter a mesma rotina, de que basta a presença nas reuniões para obter-se um



quórum mínimo, sem haver preocupações de maiores interferências, críticas e ou contribuições qualitativas dos referidos membros.

Pelas avaliações que retornaram, observou-se o interesse dos participantes; a satisfação com as temáticas estudadas; com as parcerias e a organização das *webs* conferências, sendo, pois, sugerido a continuidade das atividades do projeto e inclusive a criação de uma rede de formação e aprendizado em nível nacional, isso desvela a necessidade e a importância de ações de formação contínua dos integrantes das CPAs, o que pode, perfeitamente, ser concretizado pela parceria destas com as instituições de ensino superior.

Dessa forma, a possibilidade de uma política de formação para os integrantes das CPAs é uma condição importante para o fortalecimento de uma cultura avaliativa com base na identidade da IES, pois estes, serão os principais defensores da causa na instituição e até do incremento da participação dos segmentos nas avaliações da instituição, fato tão debatido pelos participantes do Projeto.

Conclui-se que a ação extensionista planejada para dialogar e estender-se as CPAs do Brasil, foi implementada na íntegra, quando pode-se constatar que há muitas práticas positivas sendo implementadas, como também algumas que precisam ser melhoradas no âmbito das CPAs, contudo provocou a formação, a interação, os estudos, a troca de materiais bibliográficos e subsídios que poderão servir de base à futuras ações a serem implementadas nas respectivas IES participantes do ciclo formativo.



THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. Associados. São Paulo. 2001a.

UFSM. **Centro de Educação**. Grupo de Pesquisa Avaliação no Ensino Superior. Projeto de Extensão GAP N. 058172. Ciclo formativo: conexões e interações entre CPAs no Brasil. Santa Maria, 2022.

UFSM. **Centro de Educação**. Grupo de Pesquisa Avaliação no Ensino Superior. Projeto de Extensão GAP N. 058172. Ciclo formativo: conexões e interações entre CPAs no Brasil. Relatório Final. Santa Maria, 2023.